

ANÁLISE - Os palanques sem donos ou donos sem palanques?

Uma família de São Luís vive uma busca angustiante por respostas que já dura quase dois anos. O motivo é o desaparecimento dos restos mortais de Luzia Correia Santos, falecida em 2022, aos 85 anos. Moradora do bairro Cohab Anil III, a idosa havia sido sepultada no Cemitério da Maioba, em Paço do Lumiar.

TJMA libera empréstimo de R\$ 1,3 bi ao Maranhão

Justiça autoriza retomada de crédito para investimentos no MA. Decisão do TJMA permite que o Estado prossiga com contrato de R\$ 1,3 bilhão junto ao Banco do Brasil. Ação popular que questiona a legalidade do empréstimo continuará tramitando na Justiça.

EMPREENDEDORISMO



Dois recomeços, um mesmo sonho

A história de Stefanne e Tassia reflete o avanço do empreendedorismo feminino no Maranhão, que cresceu quase 23% entre 2024 e 2026. Movidas pela necessidade, elas transformaram crises em oportunidades: uma superou a demissão e a informalidade das ruas; a outra, o silêncio dos palcos na pandemia. Hoje, consolidadas no Centro Histórico, geram renda e lideram um ecossistema onde as mulheres já comandam 41% dos pequenos negócios locais, superando os desafios com coragem.



OPINIÃO

Reconhecimento histórico, justo e necessário

PAULO HENRIQUE CORDEIRO
ministro do esporte



Três grandes arraiais estreiam neste fim de semana

Com o slogan "O São João do Maranhão te abraça", a programação vai contar com muita música, comidas típicas e diversão, folclore, cultura e tradição

Suplentes redesenham composição da Assembleia Legislativa do Maranhão



acústicos
Engenheiros do Hawaii

31 DE JULHO

SÃO LUÍS HALL
SÃO LUÍS SHOPPING

ENCERRAMENTO
DA TURNÊ

REALIZAÇÃO APOIO
DUK O IMPARCIAL

Corpus Christi



PEJOTIZAÇÃO

Um ano à espera da decisão do STF

VALDIR FLORINDO

presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT/SP)

“Se ninguém me pergunta, eu sei; mas, se quero explicá-lo a quem me pergunta, já não sei.” Foi assim que Santo Agostinho, no século 4, confessou sua perplexidade diante do tempo. Todos sabemos o que o tempo é enquanto ele passa: sentimos sua duração, percebemos sua espera, contamos seus dias, sofremos seus atrasos. Mas defini-lo é sempre mais difícil. Mais de 15 séculos depois, essa dificuldade reaparece, de outro modo, em uma das maiores controvérsias trabalhistas hoje submetidas ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 14 de abril de 2025, foi determinada a suspensão nacional dos processos que discutem a chamada “pejotização” — isto é, a contratação de trabalhadores por meio de pessoa jurídica, debatida no Tema 1.389 da repercussão geral. Houve audiência pública, especialistas foram ouvidos, os argumentos amadureceram. Ainda assim, mais de um ano se passou, os processos permanecem suspensos e a definição de mérito segue adiada.

Um ano é tempo de muita coisa. Eu já tenho netos, e todos que acompanharam de perto uma criança sabem o quanto cabe em um ano. A criança aprende a sustentar a cabeça, depois o tronco, depois o corpo inteiro; ensaia o primeiro engatinhar, cai, insiste, levanta e, um dia, sem aviso, solta as mãos que a amparavam e caminha. O choro vira sílaba, a sílaba vira palavra e já identificamos alguma fala. Aprende que há um colo que pode ir, mas volta, reconhece vozes no escuro e identifica um lugar como seu lar. Em um ano, uma criança descobre o mundo.

Para muitos trabalhadores e empresários, esse ano passou sem a definição que buscavam. Permanece em aberto a natureza jurídica dessas contratações: há relação de emprego, trabalho autônomo ou atividade empresarial legítima? Enquanto a resposta não vem, trabalhadores não sabem se pertencem ao campo de proteção do direito do trabalho, e empresários ficam sem saber se o modelo adotado será validado, planejam sem horizonte seguro, provisionam passivos que talvez não existam — ou descobrem tarde demais aqueles que existiam.

O impacto da suspensão já é expressivo. Segundo os dados mais recentes do Painel de Gestão de Precedentes da Justiça do Trabalho, há 60.498 processos suspensos em razão do Tema 1.389 apenas nesse ramo do Judiciário. São dezenas de milhares de histórias à espera de uma resposta. Essa espera altera comportamentos, orienta escolhas econômicas, adia projetos de vida e dificulta a busca de soluções diretamente pela sociedade. Quando milhares de processos ficam paralisados, a dúvida deixa de pertencer apenas às partes e passa a afetar o próprio ambiente social. Segurança jurídica não significa apenas saber quem vencerá ao final, mas poder contar, em tempo razoável, com uma resposta clara do Estado. Também por isso, a duração do processo importa.

Processo suspenso é audiência que não se realiza, sentença que não é proferida, relação jurídica que não é resolvida. Especialmente em matéria de direitos socioeconômicos, o tempo da resposta também integra a própria resposta. A jurisdição não decide apenas quando profere a sentença ou o acórdão. Ela também produz efeitos concretos enquanto a definição não vem. Próximo de completar um ano de vida, a criança já é capaz de ouvir o próprio nome e, de algum modo, identificar-se nele. É um gesto simples e imenso. Significa: eu sou, eu estou aqui, este é o meu lugar.

A sociedade, contudo, ainda aguarda uma definição sobre milhares de relações de trabalho atingidas pelo Tema 1.389. Espera-se que o Supremo Tribunal Federal diga, com a clareza que só a jurisdição pode oferecer, em que situações a contratação por pessoa jurídica corresponde a uma relação empresarial legítima e em que situações encobre uma verdadeira relação de emprego. Quanto tempo demora um ano? Depende. Para uma criança, pode ser tempo de descobrir o mundo e começar a reconhecer a si mesma. Para quem aguarda a definição do Tema 1.389, pode ser tempo demais.

PIONEIRAS DO FUTEBOL

Reconhecimento histórico, justo e necessário

PAULO HENRIQUE CORDEIRO
ministro do esporte

ajudaram a consolidar a imagem do Brasil como país do futebol.

Em 2014, 50 ex-campeões mundiais de futebol receberam um reconhecimento do Governo Federal e da CBF, pelo feito histórico que tornou o Brasil pentacampeão da modalidade.

Do lado feminino a história é bem diferente. A começar pela dificuldade natural de uma sociedade estruturalmente machista em reconhecer o futebol como um esporte possível de ser praticado por todos.

Tanto é que as primeiras referências registradas no Brasil da década de 20, pouco mais de cem anos atrás, tratavam o futebol feminino como algo exótico, a ponto de figurar como uma atração de circo.

Para tornar ainda mais dramática essa história, a prática do futebol pelas mulheres foi proibida no território brasileiro, em 1941.

Essa proibição retrógrada, preconceituosa e absurda levou mais de 40 anos até que fosse derrubada e a prática do futebol feminino devidamente regulamentada, em 1983.

Para algumas das pioneiras na modalidade, o momento se assemelha à volta da democracia em nosso país. Hoje, o governo brasileiro dá um novo passo no sentido de reparar um erro histórico e impedir que o papel das pioneiras do futebol seja intencionalmente pago da nossa história.

Muitas décadas depois, a Lei Geral da Copa 2027, marco legal que estabelece as condições necessárias para a realização da principal competição esportiva feminina do planeta assinado nesta terça-feira, 02/06, pelo presidente Lula, prevê o reconhecimento das jogadoras que participaram do torneio experimental de 1988 e da primeira Copa do Mundo Feminina, em 1991, como forma de reparação histó-

rica às pioneiras do futebol feminino brasileiro.

Muitas daquelas meninas que romperam barreiras e plantaram a semente de uma modalidade esportiva que hoje é reconhecida mundialmente nunca receberam o devido valor por tudo o que fizeram.

Elas cresceram num país que considerava o futebol incompatível com o que chamavam de natureza feminina. Mesmo assim, os campos de várzea, os clubes pequenos e a insistência dessas mulheres mantiveram o futebol feminino vivo.

A medalha de bronze conquistada pela seleção brasileira feminina de futebol no torneio experimental da China, organizado pela FIFA em 1988, tem na memória de quem participou daquela conquista o brilho de ouro para uma geração que nunca poderá ser esquecida.

A sanção da Lei Geral da Copa marca uma nova etapa dos preparativos do Brasil para receber a principal competição esportiva feminina do planeta.

Nosso compromisso é garantir que os benefícios da Copa permaneçam no país muito depois do apito final, é garantir o legado social e esportivo que estamos construindo.

Nada mais justo, portanto, do que jogar uma luz definitiva num pedaço esquecido da história do futebol brasileiro e eternizá-lo de uma vez por todas.

No momento exato em que o Brasil se prepara a passos largos para realizar a primeira e melhor Copa do mundo da história do futebol feminino, reconhecer o feito de 30 das pioneiras do futebol é um ato mais do que merecido. É um reconhecimento histórico, justo e necessário. Luz que põe fim à sombra do esquecimento.

O Brasil sempre figurou no imaginário popular como o “país do futebol”, ainda que a história moderna do esporte nos obrigue a considerar o outro lado do mundo, numa viagem transoceânica, que tem a Inglaterra como ponto original desse esporte.

O hábito de chutar uma bola, entretanto, vem de um tempo e de uma terra mais distantes ainda. Nos contam os registros que militares chineses já disputavam um jogo que seria o precursor do que hoje chamamos “futebol”, mais de dois mil anos atrás.

A história não erra quando atribui ao Brasil o título de país do futebol. O jogo de bola é uma paixão nacional. Entre outras razões, porque é daqui o casal real – Marta e Pelé – reconhecido pelo mundo inteiro como o rei e a rainha do futebol.

Mas, o caminho trilhado pelos homens para virar referência no mundo da bola é bem distinto da trajetória feminina. No rastro de Pelé, Bellini, Djalma e Nilton Santos, Garrincha, Zagalo, Gerson, Tostão e Rivelino, campeões das copas de 58, 62 e 70, vieram várias gerações de atletas que

O único jornal patrimônio cultural imaterial do Maranhão

O IMPARCIAL

Jornalismo independente do Maranhão para o Brasil. Desde 1926, levando informação verificada, análise e cobertura local que ninguém mais faz.

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrofreire@oimparcial.com.br

Patrícia Freire
Gerente Financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Celso Segio
Diretor Executivo

Raimundo Borges
Diretor de Redação

Redação O Imparcial: (98) 99144-5641
Comercial: (98) 99116-1624
Marketing: (98) 98175-4604
Opec: (98) 99144-5769
Assinatura: (98) 99144-5645
Financeiro: (98) 99144-5626

Redes Sociais

Instagram: oimparcial
Facebook: O Imparcial
X: @imparcialonline

ELEIÇÕES 2026

Aberta temporada para suplentes no Maranhão

Suplentes ganham protagonismo e redesenham composição da Assembleia Legislativa do Maranhão e da Câmara Municipal de Vereadores de São Luís de olho em 2026

SAMARTONY MARTINS

As movimentações políticas em torno das eleições de 2026 já começaram a produzir efeitos concretos na composição das casas legislativas do Maranhão. Na Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) e na Câmara Municipal de São Luís, uma série de licenças temporárias de parlamentares titulares tem aberto espaço para a ascensão de suplentes, que passam a ocupar posições estratégicas em meio às articulações para a disputa eleitoral do próximo ano.

O fenômeno tem uma explicação comum: deputados estaduais e vereadores que pretendem disputar cargos diferentes em 2026 vêm solicitando afastamentos por períodos superiores a 120 dias, alegando motivos particulares. Na prática, a medida permite que se dediquem à pré-campanha eleitoral e, ao mesmo tempo, fortaleçam aliados e pré-candidatos por

meio da ocupação temporária de mandatos legislativos.

A mais recente mudança ocorreu nesta quarta-feira (3), na Assembleia Legislativa, com a posse do ex-secretário municipal de Assistência Social de São Luís, Júnior Vieira (PSD), na vaga aberta pelo deputado estadual Fernando Braide (PSD), que se licenciou para se dedicar à sua pré-candidatura à Câmara dos Deputados.

Sem interpretações

Ao tomar posse na Assembleia Legislativa, Júnior Vieira procurou afastar interpretações de que sua chegada ao Parlamento pudesse representar uma reaproximação política entre o deputado federal Aluisio Mendes e o grupo liderado pelo prefeito de São Luís, Eduardo Braide.

Segundo o novo parlamentar, sua posse decorre exclusivamente da decisão do deputado Fernando Braide de abrir espaço para o suplente durante o período de licença. Vieira ressaltou ainda que mantém alinhamen-

to político com Eduardo Braide, a quem declarou apoio no projeto eleitoral para 2026.

A posição reforça o protagonismo que os suplentes vêm assumindo no cenário pré-eleitoral. Além de ocuparem temporariamente cadeiras nos parlamentos, eles passam a integrar diretamente as estratégias dos grupos políticos que se organizam para a disputa do próximo ano.

Pré-candidato a deputado estadual, Júnior Vieira possui trajetória política ligada tanto ao grupo de Braide quanto ao deputado federal Aluisio Mendes. Ele foi indicado por Mendes para comandar a Secretaria Municipal de Assistência Social de São Luís, mas deixou o cargo após o rompimento político entre o parlamentar republicano e o grupo do prefeito. Nos últimos meses, entretanto, Vieira consolidou sua reaproximação com Braide, confirmou sua filiação ao PSD e passou a integrar o projeto político liderado pelo prefeito da capital para as eleições de 2026.

Deputados estaduais com foco na Câmara Federal

A licença de Fernando Braide não é um caso isolado. Na atual composição da Assembleia Legislativa, pelo menos quatro deputados estaduais já sinalizaram que não disputarão a reeleição e pretendem concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados.

Entre eles está a deputada estadual Mical Damasceno, que oficializou sua pré-candidatura a deputada federal. Para consolidar o projeto, ela deixou o PSD e ingressou no Republicanos, partido comandado no Maranhão por Aluisio Mendes. A parlamentar também recebeu o apoio formal da Convenção Estadual das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Maranhão (CEADEMA), que a indicou como representante oficial da instituição para a disputa ao Congresso Nacional.

Caso Mical Damasceno se afaste temporariamente, a sucessão seguirá a ordem de suplência da chapa pela qual foi eleita em 2022. O primeiro nome da lista é o ex-deputado estadual César Pires (PSD), seguido por Eric Costa e outros integrantes da nominata da legenda.

Outra vaga observada com atenção é a do deputado estadual Othelino Neto. Pré-candidato a deputado federal, ele tem como principal suplente o ex-deputado estadual Zé Inácio (PT), beneficiário direto da cadeira conquistada pela Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PCdoB e PV nas eleições de 2022. Zé Inácio já chegou a ocupar temporariamente a vaga no início da atual legislatura, quando Othelino se licenciou para assumir a Secretaria de Representação Institucional em Brasília. Caso ele volte a se licenciar, Zé Inácio assume.

Alterações na Câmara

As mudanças também alcançam a Câmara Municipal de São Luís. Nesta semana, o suplente Mateus do Beiju (PL) tomou posse na vaga de Aldir Júnior (PL), que solicitou licença de 121 dias para tratar de interesses particulares. O período de licença do parlamentar titular, equivalente a cerca de quatro meses. Ou seja, Aldir Júnior, se afastou temporariamente do cargo para se dedicar integralmente à sua pré-campanha para deputado federal nas eleições de 2026.

Vale ressaltar que, nas eleições municipais de 2024, Matheus conquistou a condição de suplente ao obter 4.717 votos, resultado que o credenciou a assumir a vaga aberta pelo afastamento do titular. A posse foi conduzida pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Paulo Victor (PSB). Durante a solenidade, o novo parlamentar destacou que pretende direcionar sua atuação para a defesa das demandas comunitárias e sociais, com atenção especial às necessidades da região da Cidade Operária.

O ato também reuniu lideranças do Partido Liberal no Maranhão. Entre os presentes estava o deputado federal Josimar de Maranhãozinho, presidente do diretório estadual da legenda, que acompanhou a posse do correligionário.

A chegada de Matheus do Beiju integra uma série de mudanças na composição da Câmara de São Luís provocadas por licenças de vereadores que já iniciam movimentações políticas voltadas para as eleições de 2026.

Outras alterações devem ocorrer nos próximos dias. O vereador Thiago Freitas (PRD) deverá se afastar temporariamente, permitindo a posse do suplente Pintinho Itamaraty. No PL, a

vereadora Flávia Berthier também deve solicitar licença, abrindo espaço para Eduardo Andrade.

Outras possíveis mudanças

Com isso, a Câmara da capital poderá registrar três mudanças em sua composição em um curto intervalo de tempo, evidenciando a reorganização dos grupos políticos antes do início oficial da corrida eleitoral.

Outro caso que desperta atenção envolve a bancada do PSD no Legislativo municipal. Os vereadores Douglas Pinto e Dr. Joel são apontados como pré-candidatos a deputado estadual. Caso ambos conquistem vagas na Assembleia Legislativa em 2026, a Câmara Municipal passará por uma nova reconfiguração.

Pela ordem de suplência da legenda, os beneficiados seriam Severino Sales, primeiro suplente do PSD; Francisco Chaguinhas, segundo suplente; e Karla Sarney, terceira suplente da sigla.

A movimentação revela que os suplentes deixaram de ser apenas figuras de reserva no sistema eleitoral. Com a antecipação das articulações para 2026, eles passaram a desempenhar papel central na estratégia dos grupos políticos, ampliando sua visibilidade, fortalecendo projetos eleitorais e contribuindo para uma reconfiguração gradual das composições da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal de São Luís.

Se as projeções se confirmarem nas urnas, a tendência é que o protagonismo dos suplentes continue crescendo até o fim da atual legislatura, tornando-os peças cada vez mais importantes no tabuleiro político maranhense.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Os palanques sem donos ou donos sem palanques?

Ultimamente o noticiário político tem colocado o “palanque” no centro das disputas de mandatos no Executivo e no Legislativo, burilado com narrativas e retóricas. Até o escândalo do Banco Master de Daniel Vercaro virou material explosivo da pré-campanha eleitoral, assim como as taxações do presidente Donald Trump contra produtos brasileiros, claramente na esteira da eleição presidencial para beneficiar o senador Flávio Bolsonaro, com quem esteve semana passada na Casa Branca. O “palanque” bolsonarista está inteiro no tarifaço e o de Lula, na reação indignada dele. Afinal, Trump já havia atendido o pedido de Flávio Bolsonaro ao classificar o PCC e o CV de organizações terroristas.

Quando o debate eleitoral sai do terreno minado na guerra entre Lula e seus concorrentes da direita e entra no Maranhão, escancara uma realidade incômoda para o eleitor. Lula definiu o petista Felipe Camarão como candidato a governador, mas sem ignorar o peso da campanha de Orleans Brandão (MDB). Já Flávio Bolsonaro não tem palanque no Maranhão, porque o PL é dominado pelo deputado Josimar do Maranhãozinho, impedido pelo STF de disputar a eleição. É inimigo dos Bolsonaro e pode apoiar Camarão, com 40 prefeitos. Já Ronaldo Caiado terá o palanque de Eduardo Braide (PSD), e Zema, o de Lahesio Bonfim.

Até semana passada, o senador Weverton Rocha (PDT) andava de braços dados com Orleans Brandão na busca da reeleição. Nesta segunda-feira, 01/06, o presidente do PT, Edinho Silva participou da plenária do partido em São Luís e reafirmou Camarão ao governo, Eliziane e Weverton ao Senado. significa que o pedetista terá dois palanques e Lula pode participar tanto no de Orleans quanto o Camarão? Já Eliziane Gama (PT) é da Assembleia de Deus, congregação com algumas características políticas parecidas com o PT. Tem um conselho político na cúpula, uma forte camada silenciada e outra silenciosa politicamente. São as ‘irmãs’ e os ‘irmãos’ de cabeça branca guiados mais pelos ditames da Bíblia do que pela voz dos pastores.

Essa faixa da irmandade tem um código de conduta política próprio, não tem palanque, não é bolsonarista nem lulista. Cita-se como exemplo desse segmento a deputada estadual Mical Damasceno que, em 2018 e 2022, foi eleita no grupo do “comunista” Flávio Dino, apoiando o PT, Haddad e Lula. Também, Eliziane Gama, da mesma Assembleia, foi eleita deputada federal e senadora no palanque de Dino. Mas, hoje, no meio evangélico ela sofre ataques nas redes sociais em que tentam atingi-la como política e desqualificá-la, apesar da sua reconhecida atuação legislativa. Assim também é Felipe Camarão, atacado pelas alas do PT que estão no governo Brandão e não escondem o apoio ao emdebista Orleans.

É certo que a política mudou radicalmente e modo de chegar ao eleitor. Enquanto a direita bota a cara na rua e age como tal, a esquerda ainda anda encubulada, mesmo junto com o PT nas cinco vezes que chegou ao Planalto. Certo é que os comícios de palanque sumiram e deram lugar à arena digital. A disputa do voto virou algoritmos que a maioria dos eleitores não tem ideia do que significa. As redes sociais e influenciadores moldam o eleitorado moderno, enquanto o preço dos mandatos ganha cifras astronômicas de milhões e bilhões de reais. Essa migração do palanque físico para aplicativos de formatos curtos e linguagem direta custa verdadeiras fortunas. Por isso, a guerra dos deputados e senadores pelo uso das emendas pix e o Fundo eleitoral como uma propriedade deles.

O Maranhão tem seis pré-candidatos a governador: Orleans Brandão (MDB), Eduardo Braide (PSD), Felipe Camarão (PT), Lahesio Bonfim (Novo) e Enilton Rodrigues (PSOL), enquanto as duas vagas de senador contam com quase 10 interessados, incluindo os atuais Weverton e Eliziane Gama. Todos tentam se arrumar nos palanques dos pré-candidatos a governador ou a presidente que lhe garantam a expectativa do mandato. Como o palanque saiu da praça e está na irracionalidade da política virtual, a campanha ficou misteriosa, traiçoeira, distante e incompreensível – principalmente maquiada por IA.

CRÉDITO LIBERADO

TJMA libera empréstimo de R\$ 1,3 bi ao Maranhão

Decisão suspende liminar que barrava operação de crédito junto ao Banco do Brasil e permite ao governo estadual retomar os trâmites para contratação do financiamento

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) autorizou o Governo do Maranhão a prosseguir com a contratação de uma operação de crédito no valor de R\$ 1,3 bilhão junto ao Banco do Brasil. A decisão foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Ricardo Duailibe, que determinou a suspensão da liminar que havia interrompido o andamento do processo.

A medida atende a um pedido formulado pelo Estado e permite a retomada dos procedimentos administrativos necessários para a formalização do contrato. A liminar agora suspensa havia sido concedida no âmbito de uma ação popular que questiona a legalidade da operação de crédito e a gestão de recursos obtidos em contratos anteriores.

Ao analisar o pedido de suspensão, o presidente do TJMA considerou que a manutenção da liminar poderia causar prejuízos à ordem e à economia públicas. De acordo com a decisão, a paralisação da operação de crédito

teria potencial para comprometer investimentos previstos pelo governo estadual, especialmente em obras de infraestrutura e na recuperação e ampliação da malha rodoviária.

Ricardo Duailibe também destacou que, em uma análise preliminar do caso, não foram identificados elementos que comprovassem aumento irregular do endividamento do Estado ou descumprimento das normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na decisão, o desembargador ressaltou ainda que o procedimento de suspensão de liminar não tem como finalidade julgar o mérito da ação popular. Segundo ele, a análise realizada pela Presidência do Tribunal restringe-se à verificação dos possíveis impactos da decisão contestada sobre o interesse público e sobre a administração estadual.

O magistrado observou também que a operação de crédito já recebeu autorização da Assembleia Legislativa do Maranhão e que a interrupção do

processo poderia afetar o planejamento financeiro do Estado e a execução de projetos considerados estratégicos pela gestão estadual.

Apesar da liberação para o prosseguimento da contratação do empréstimo, a ação popular continua tramitando na Justiça. No processo principal, ainda serão examinadas as alegações relacionadas à legalidade da operação de crédito e à aplicação dos recursos obtidos em contratos anteriores. A suspensão da liminar permanecerá em vigor até que haja nova decisão judicial ou até o julgamento definitivo da ação.



Coluna
ESPLANADA

PODER, POLÍTICA, MERCADO & VOCÊ

com Leandro Mazzini

Perdeu, Gilmar!

Com um Fórum de Lisboa menor que o pomposo do ano passado, diante do cenário delicado para o Judiciário, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, arriscou e saiu-se menor. Muitos ilustres não foram, e como notório, centenas de servidores federais e estaduais foram cedidos sob ônus de seus Governos. O famigerado “Gilmarpalooza” chegou à sua edição de 2026 sob a síndrome do passeio: um evento em Portugal para debater muito sobre o Brasil – algo que poderia ser feito em qualquer faculdade do País. Para piorar, os três dias de passeio, ops!, evento em Lisboa foram coroados no encerramento, com a bomba lançada por Malu Gaspar, do “O Globo”, sobre o ilustre palestrante Alexandre de Moraes: a delação de Daniel Vorcaro, rejeitada pela PF, continha um anexo sobre mais um contrato de R\$ 50 milhões do “banqueiro” com a esposa-advogada do ministro do STF. Foi um ti-ti-ti no plenário e nos corredores de deixar corados os togados do palco. Com tudo isso latente, Gilmar Mendes perdeu uma ótima oportunidade de manter o nível do evento sem dinheiro público: o servidor público que para lá foi, do menor nível até ministro do Judiciário, poderia ter pagado suas passagens, hospedagem e alimentação. Não o dinheiro público, como tem sido.

E aí, Ibama?!

O Ibama está blindando o chefe de fiscalização em Brasília, Roberto Cabral, que fez operação abusiva na Torre de TV, segundo relatos dos lojistas. O órgão não respondeu onde estão, por exemplo, os cocares apreendidos, e se o fiscal usa a estrutura para pré-campanha eleitoral. Cabral é filiado ao REDE, foi candidato em 2022 a deputado federal, e pretende tentar de novo. Foi quem apreendeu os pássaros do ex-ministro preso Anderson Torres. Alguns deles morreram, e um valioso desapareceu – ou bateu asas.

Gênios do Brasil

Essa é da série o Brasil tem jeito. Os doutorandos IMPA Leonardo Voltarelli, Antônio Catão e Melvin Poveda conquistaram o prêmio Best Student Paper da International Conference on Learning Representations. A pesquisa apresenta plataforma de IA para previsão de chuvas intensas a curto prazo com utilização de satélite, em escala mundial. O estudo foi desenvolvido no Centro Pi do IMPA, coordenado por Paulo Orenstein.

Um up na nuclear

O presidente da Associação Brasileira de Atividades Nucleares, Celso Cunha, apresentou estudo para modernização do marco legal do setor em reunião com representantes da Autoridade de Segurança Nuclear. O estudo aponta para a necessidade de se ampliar a segurança jurídica, a previsibilidade regulatória e a preparação para novas tecnologias nucleares, além de interface maior com a agência internacional.

Firjan em alerta

A Firjan está preocupada com a decisão do Governo dos Estados Unidos em impor tarifa de 25% às exportações brasileiras. Representante do 2º maior Estado exportador, a entidade destaca que é preciso que negociações sejam objetivas em defesa da indústria, dos investimentos e da parceria estratégica. “Esta decisão contribui para o agravamento do cenário de imprevisibilidade e incerteza”, diz o presidente Luiz César Caetano.

Economia e Clima

Para acelerar investimentos na ação climática, e apoiado pela Presidência da COP30, o III Fórum de Finanças Climáticas e de Natureza se encerrou ontem no Rio de Janeiro. Com o tema “Dos acordos globais à implementação”, o evento reuniu lideranças de governos, entidades, sociedade civil e academia e discutiu o papel do sistema financeiro mundial na construção de uma economia alinhada à agenda climática.

JUSTIÇA

Lei que proibia uso de banheiro feminino suspensa

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) suspendeu, por decisão unânime do Órgão Especial, os efeitos da Lei Municipal nº 7.792/2025, de São Luís, que proibia mulheres transgênero de utilizarem banheiros, vestiários e espaços destinados ao público feminino em órgãos públicos e instituições privadas da capital. A decisão foi tomada nesta quarta-feira (3), durante sessão jurisdicional conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Ricardo Duailibe.

A medida atende a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), que questiona a constitucionalidade da norma promulgada pela Câmara Municipal de São Luís. Por meio de medida cautelar, a desembargadora Maria do Socorro Carneiro, relatora do caso, determinou a suspensão imediata da lei até o julgamento definitivo da ação. Na ação, a Defensoria argumentou que a legislação apresenta inconstitucionalidade formal, por invadir competência legislativa privativa da União, e inconstitucionalidade material, por afrontar princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a vedação à discriminação.

Em sua manifestação, a Câmara Municipal sustentou que a norma resultou de regular processo legislativo, com análise técnica, pareceres divergentes, discussão e aprovação pelo plenário, além de posterior encaminhamento ao Executivo municipal e promulgação em razão da sanção tácita.

Ao fundamentar seu voto, a desem-

bargadora Maria do Socorro Carneiro entendeu que a lei extrapola o interesse local ao disciplinar o acesso de pessoas a espaços públicos e privados com base na identidade de gênero, tratando de matéria reservada à competência da União. Segundo a magistrada, a incidência da norma sobre escolas públicas e privadas também configura invasão da competência federal para estabelecer diretrizes e bases da educação nacional.

A relatora observou ainda que a possível inconstitucionalidade formal já havia sido apontada durante a tramitação legislativa, quando a assessoria jurídica da própria Câmara Municipal emitiu parecer contrário à aprovação do projeto. Outro ponto destacado pela magistrada foi que a abrangência da lei alcançaria repartições estaduais e federais localizadas em São Luís, interferindo na autonomia administrativa de outros entes federativos e afrontando o pacto federativo.

Ao citar entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), a desembargadora lembrou que a Corte reconhece a identidade de gênero como direito da personalidade e veda práticas discriminatórias incompatíveis com a Constituição. “O perigo da demora está configurado diante da possibilidade de imediata produção de efeitos discriminatórios e de restrição indevida de direitos fundamentais de grupo vulnerável”, destacou Socorro Carneiro ao deferir a medida cautelar.

Durante o julgamento, o desembargador Lourival Serejo acompanhou o entendimento da relatora e ressaltou que a igualdade constitucional não significa tratar todas as pesso-

as de forma idêntica, mas garantir que ninguém seja colocado em condição inferior perante a sociedade.

O magistrado também recordou que o STF decidiu, em 2019, que condutas homofóbicas e transfóbicas podem ser enquadradas na Lei do Racismo. Ao final, a relatora ajustou seu voto para acompanhar sugestão do desembargador Paulo Velten, determinando que a suspensão da lei tenha efeitos “ex tunc”, ou seja, retroativos à sua origem.

Câmara anuncia recurso

Após a decisão, o presidente da Câmara Municipal de São Luís, Paulo Victor (PSB), afirmou que a Procuradoria da Casa recorrerá da liminar concedida pelo TJMA.

Segundo ele, cabe ao Legislativo defender judicialmente uma norma aprovada pela maioria dos vereadores. “Vale à Procuradoria da Casa resguardar os direitos e interesses da população, sobretudo o que foi aprovado. Se foi aprovado, é porque a gente acredita na constitucionalidade. Ainda que, de fato, seja uma questão muito delicada, muito técnica e que envolve o ser humano, e tudo que envolve o ser humano tem que se ter muita tranquilidade na decisão”, declarou.

O presidente da Câmara também destacou que a aprovação da proposta refletiu a posição da maioria dos parlamentares. “É uma casa legislativa. Não se tem como privar a cabeça de um parlamentar que foi colocado lá pelo povo. Então é livre e espontâneo, desde que seja técnico e constitucional, que a gente analise, paute e aprove”, disse.

Patricia Cunha

O Centro de São Luís desperta cedo. As portas dos comércios se abrem, os vendedores organizam mercadorias e os primeiros clientes começam a ocupar as calçadas. Nas ruas da região histórica da cidade, dois restaurantes recebem quem chega para trabalhar, almoçar ou simplesmente fazer uma pausa na correria do dia.

Para quem vê apenas o presente, são negócios como tantos outros. Mas por trás dos balcões estão histórias que começaram longe dali.

Há poucos anos, a empresária Stefanne Lindoso, hoje com 24 anos, percorria ruas e feiras vendendo drinks, bebidas e salgados. Cada evento era uma oportunidade de garantir renda e continuar sonhando. Não havia endereço fixo, estabilidade ou garantias. Havia trabalho, insistência e a disposição de enfrentar jornadas que começavam cedo e terminavam tarde.

Enquanto isso, a cantora Tássia Campos, 40 anos, vivia da música. Acostumada aos palcos e ao contato com o público, viu a própria profissão ser interrompida pela pandemia da Covid-19. Com dois filhos para criar e sem perspectiva de quando os eventos retornariam, precisou buscar uma alternativa para sustentar a família.

Em comum, as duas carregam uma característica que costuma aparecer nas grandes histórias de empreendedorismo: a capacidade de transformar necessidade em oportunidade.

Do limão, uma caipirinha

Stefanne é proprietária, junto com seu companheiro Kayo Bandeira, do empreendimento Mais uma Caipirinha. Mas para chegar ao status que eles ocupam hoje, um longo caminho foi percorrido.

Em 2022, aos 20 anos, ela foi demitida do trabalho. E o sonho que ela acalentava desde sempre começava a ter forma: o de ser empreendedora. O que parecia apenas uma forma de ganhar dinheiro tornou-se um projeto de vida.

“Eu sempre trabalhei para as pessoas. Trabalhei 3 anos em cozinha e tudo que eu faço hoje na Mais Uma Caipirinha, a forma que eu trato meus funcionários, a forma que eu lido com os clientes foi tudo que eu vi as pessoas que eu trabalhei errando e acertando, né? Porque a gente não só erra como a gente acerta. Esse sonho eu sempre tive. E é muito bom quando a gente consegue tirar do papel, mas ele veio de uma demissão”, disse Stefanne.

Para começar a dar forma ao trabalho, pediu ajuda para a mãe, para uma amiga, comprou os produtos no cartão de crédito e meteu a cara. Com duas mesas de plástico, peito cheio de coragem e coração pleno de fé, ela foi. O destino: Centro Histórico.

“A gente começou como ambulante mesmo, vendendo na rua, vendendo nas festas de Carnaval, São João, todo tipo de evento que tinha na rua. Esse foi o nosso começo. Foram três anos e quatro meses de ambulante. Um longo processo até chegar aqui”, disse Stefanne.

Há seis meses aquela ambulante passou a receber os clientes no próprio estabelecimento. O “Mais uma Caipirinha” se estabelecia na rua Godofredo Viana, no Centro. Agora, mais um passo: Stefanne e Kaio estão às voltas com obras. Logo, o bar vai para a Rua Isaac Martins, mais uma etapa desse sonho empresarial. É a materialização de uma trajetória construída passo a passo, entre caixas de bebidas, longas jornadas de trabalho e a crença de que era possível crescer. A virada de ambulante para empresária individual finalmente aconteceu.

“Sendo ambulante sempre estamos na informalidade. Quando eu estava na rua, já era MEI (Microempreendedor Individual) para poder participar dos festivais, dos eventos. A formalidade é muito boa, porque o MEI garante várias coisas, fora o faturamento que você pode ter maior quando você usa só CPF, por exemplo. Agora, a gente mudou para empresário individual, então a gente tem que estar sempre regularizada, dentro das leis. A gente sempre trabalhou de forma regular, embora como ambulante, sem ter um lugar fixo”.

Existe alguma lembrança dos tempos de ambulante que a Stefanne nunca esqueceu? “Quando a gente ia vender na chuva... carregando material, tendo que proteger os produtos, esperando cliente... Depois de 1 ano eu entendi que precisava dar uma pausa nesse período. Mas sempre é desafiador para quem trabalha na rua”, finaliza.

Dois recomeços, um mesmo sonho

De uma ambulante e uma cantora sem trabalho na pandemia a donas de restaurantes, Stefanne e Tássia fizeram do empreendedorismo um caminho de reconstrução



“Esse sonho eu sempre tive. É muito bom quando a gente consegue tirar do papel, mas ele veio de uma demissão”

Stefanne Lindoso



“Era só um bolinho”

A história de Tássia Campos seguiu um caminho diferente, mas igualmente desafiador. Quando a pandemia silenciou os palcos, ela encontrou na cozinha uma forma de resistir. Começou fazendo bolos por encomenda para amigos e conhecidos e buscava garantir uma renda em meio às incertezas daquele período. Mal sabia ela que o talento, herdado da família, iria dar um outro rumo à sua vida.

O ponto de virada veio de maneira simples. De dentro de casa, a demanda foi aumentando, e da venda de um bolo foi investindo até apresentar seus produtos (doces e comidas) em uma barraca no Arraial de Santo Antônio. Sem nada de grana, topou. Pediu dinheiro emprestado, comprou no crédito e foi! A rotina era sair de sua casa, no Turú, para o arraial, no Centro, por 10 noites, contando com ajuda dos familiares porque não tinha dinheiro para pagar outras pessoas. Chegava de madrugada e logo cedo já estava de pé para começar tudo de novo. Era 2022. “Foi um investimento. Eu paguei para trabalhar, mas daí veio a visibilidade, o aprendizado”, comentou.

A iniciativa funcionou. No ano seguinte o mesmo amigo que forneceu a barraca ofereceu um ponto na rua Godofredo Viana. Ela pagou o aluguel por um ano para não perder, e ainda trabalhava de casa. Aos poucos foi se estruturando até colocar alguns equipamen-



“Foi um investimento. Eu paguei para trabalhar, mas daí veio a visibilidade, o aprendizado”

Tássia Campos

tos: uma mesa, um fogão e uma geladeira. Junho chegou e mais uma vez ela ocupou uma barraca no arraial de Santo Antônio, mas próximo do arraial, tudo ficou mais fácil. “Não deu lucro, mas consegui pagar todas as contas e as duas funcionárias. Porém, sobrou muito material que tinha comprado para a barraca. E pensei nesse ponto, decidi avisar para as pessoas e fui para o ponto na Godofredo Viana. Era precário, mas pedi umas mesas emprestadas, fiz um bolo e nesse dia vendi tudo”, disse.

Se a música havia parado temporariamente, a cozinha abriu novos caminhos. Os clientes começaram a aparecer. As encomendas cresceram. O que nasceu como uma estratégia de sobrevivência se transformou em negócio. Hoje, o ponto é o restaurante Ao Redor, que ela toca com o marido, Hertz Nogueira, e onde recebem a clientela.

O dia começa às 5h e só termina, no trabalho, às 17h. O bolo, por onde tudo começou, é o carro-chefe do restaurante. Se um dia ela vendeu 1 bolo, hoje a média é de 5 por dia. Tudo artesanal e caseiro, feito por ela, embora conte com uma equipe de cozinha.

Por trás dos números

As histórias de Stefanne e Tássia ajudam a explicar um fenômeno que ganhou força nos últimos anos no Brasil. Em meio a crises econômicas, desemprego e mudanças provocadas pela pandemia, milhões de brasileiros encontraram no empreendedorismo uma forma de reconstruir a própria renda e recuperar autonomia.

“Hoje já não somos mais MEI, somos Simples Nacional, porque graças a Deus aumentamos o faturamento, então somos regularizados, e temos assessoria para administrar essa parte burocrática. Não dá para fazer na doida se você quer se profissionalizar”, contou Tássia. Mas os números não contam tudo. Eles não mostram as madrugadas de planejamento, os dias sem vendas, o medo de não conseguir pagar as contas nem a coragem necessária para começar sem garantias de sucesso.

Essas partes da história aparecem nos rostos de mulheres como Stefanne e Tássia. Hoje, elas administram negócios próprios. Recebem clientes onde antes havia apenas incerteza. Geram renda, movimentam a economia local e inspiram outras pessoas a acreditar que é possível recomeçar. Hoje, quando abre as portas do Mais Uma Caipirinha, Stefanne já não precisa enfrentar a chuva carregando caixas pelas ruas do Centro. E quando serve uma fatia de bolo no Ao Redor, Tássia talvez nem imagine que cada receita traz um pouco daquela cantora que precisou silenciar durante a pandemia para continuar sustentando os filhos.

Os restaurantes são diferentes.

As histórias também.

Mas ambos nasceram do mesmo ingrediente: a coragem de continuar quando desistir parecia mais fácil.

A prova de que, muitas vezes, o empreendedorismo nasce exatamente no lugar onde a vida parecia não oferecer alternativas.

Mais de 41% do total de pequenos negócios em 2026 são de mulheres

O cenário do empreendedorismo no estado, baseado nos dados de abril deste ano, aponta que o total de negócios ativos e formais no Maranhão conta com 357 mil empresas. Destes, 340.209 são Pequenos Negócios (MEI + Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). Isso representa 95,2% do total de negócios do estado. Os dados são do Data Sebrae e da Receita Federal.

■ Até abril, as mulheres já representam mais de 41% do total de pequenos negócios formais e ativos no Maranhão.

■ Entre 2024 e 2026, o empreendedorismo feminino no Maranhão registrou um crescimento acumulado de quase 23%. Isso tudo em meio a dificuldades como acesso a financiamento e crédito, o que dificulta o passo inicial de um negócio; a conciliação de jornadas; preconceito e estereótipos de gênero; solidão e falta de apoio.

■ Além disso, outro obstáculo é a desigualdade financeira. Segundo o Sebrae, mulheres ainda ganham, em média, 21% menos que homens, impactando o reinvestimento no próprio negócio.

RACISMO NO MARANHÃO

Casos crescem 30% e justiça pune mais

Embora o dado acenda um alerta vermelho para a sociedade, especialistas apontam que o crescimento também reflete um aumento na coragem das vítimas em denunciar

MARLAN LEVI
Especial para O Imparcial

O debate sobre a discriminação racial no Maranhão tem ganhado contornos cada vez mais urgentes. Nos últimos anos, o estado registrou uma tendência de alta superior a 30% nos casos de racismo e injúria racial. Embora o dado acenda um alerta vermelho para a sociedade, especialistas apontam que o crescimento também reflete um aumento na coragem das vítimas em denunciar e na recusa em silenciar diante das agressões.

Para quem vive essa realidade na pele, o impacto vai muito além das estatísticas. O cantor Nattan, jovem negro vindo da periferia, relata o peso emocional de enfrentar o preconceito desde cedo. “Quando eu fui vítima de racismo a primeira vez, foi um bolo de sentimentos negativos. Senti insegurança, senti tristeza, senti ódio. E o que é mais louco é que o ódio não era por mim, e sim por eu não me encaixar em um certo padrão. Isso é imposto para a gente desde criança”, desabafa o artista.

belo liso é o certo, que a pele branca é a mais bonita”.

Em resposta a esse cenário de dor que historicamente silenciou tantas pessoas, o Sistema de Justiça maranhense passou a atuar com maior rigor na responsabilização penal, resultando em condenações severas que servem como marco no combate à impunidade, especialmente em crimes cometidos no ambiente virtual e escolar.



O cantor Nattan enfrenta o preconceito desde cedo

“É uma sensação agonizante. O mais difícil ainda é desmistificar isso da tua cabeça, desmistificar que o ca-

Quando eu fui vítima de racismo a primeira vez, foi um bolo de sentimentos negativos. Senti insegurança, senti tristeza, senti ódio

çada por Nattan, que vê o ato de denunciar como uma forma de proteção coletiva. “O racismo é um veneno, porque ele vai te matando aos poucos. Primeiro destrói a tua autoestima, depois tira a tua vontade de fazer as coisas, de sair. Eu não consigo ficar quieto.

Canais gerais de denúncia

- **Delegacias de Polícia:** O Boletim de Ocorrência (B.O.) pode ser registrado presencialmente em qualquer delegacia de polícia física ou de forma rápida pela internet, por meio da Delegacia Interativa da Polícia Civil do Maranhão.
- **Ministério Público (MPMA):** Denúncias envolvendo racismo, injúria racial e discursos de ódio coletivos podem ser reportadas diretamente ao Ministério Público para a abertura de ações penais.
- **OAB-MA:** A Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão oferece suporte institucional e acompanha de perto os desdobramentos jurídicos das denúncias, garantindo amparo às vítimas.

Para casos de racismo e discriminação ocorridos no âmbito judiciário, o Tribunal de Justiça do Maranhão disponibiliza canais oficiais específicos em seu portal, com garantia de anonimato e tratamento sigiloso.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Para casos de racismo e discriminação ocorridos no âmbito judiciário, o Tribunal de Justiça do Maranhão disponibiliza canais oficiais específicos em seu portal, com garantia de anonimato e tratamento sigiloso.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Em situações de flagrante delito, a orientação imediata é acionar a Polícia Militar (190). Caso o crime já tenha acontecido, a vítima deve se dirigir à Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou acessar o sistema digital para registrar as provas (prints, áudios ou testemunhas) e formalizar a denúncia.

Casos recentes que geraram repercussão

A intolerância tem se manifestado de diversas formas, mas a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público do Maranhão (MPMA) mostra que o racismo não deve mais passar impune.

Ofensas em redes sociais (São Luís Gonzaga)

Demonstrando que a internet não é uma terra sem leis, uma mulher foi condenada a 4 anos e 2 meses de prisão em regime fechado após publicar declarações discriminatórias contra pessoas negras em suas redes sociais.

Violência verbal por motivação pessoal (Grajaú)

Em outro caso, motivada por ciúmes de seu companheiro, uma mulher enviou mensagens de cunho racista para a vítima. O caso resultou em uma condenação de 2 anos de reclusão, em regime aberto.

Discriminação na escola (Bequimão)

O racismo institucional e estrutural também desafia as salas de aula. Em 2025, a Polícia Civil instaurou um inquérito para investigar uma professora que chamou um aluno negro de “carvãozinho” durante a aula. O episódio gerou forte indignação popular, mobilizando pais e estudantes em busca de justiça e de um ambiente escolar seguro e acolhedor.

A ausência de punições no passado era um dos principais fatores para a subnotificação dos casos. Nattan lembra que a descrença nas autoridades costumava paralisar as vítimas, citando um episódio familiar. “Se você chegasse em uma delegacia antes e denunciasses alguém por racismo, o

policia ia rir da tua cara. Aconteceu uma vez com uma tia minha, que o cara simplesmente a chamou de macaca. Ela foi à delegacia, os caras só registraram o B.O. e não deu em nada, nunca chegou nenhuma notificação para o sujeito”, conta.

O cantor pontua a mudança de postura das instituições, embora reconheça que as cicatrizes psicológicas ainda impedem muitos de buscar ajuda: “Quase nunca dava em nada; hoje em dia é que está dando alguma coisa. E talvez as vítimas não denunciem por, lá no fundo, acharem que elas são isso, de ter a ideia de que não são agradáveis do jeito que são. A não aceitação faz com que você omita muita coisa”.



Onde buscar ajuda e como denunciar

O enfrentamento ao racismo exige ação rápida. Para isso, o cidadão maranhense dispõe de diferentes medidas para registrar ocorrências e garantir que os direitos humanos sejam respeitados.

A urgência em não se calar é refor-



AVISO DE LICENÇA

A Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA, inscrita no CNPJ nº 06.279.103/0001-19, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM a Licença Única para a Obra de Restauração e Requalificação da Fábrica Progresso Maranhense - Museu Escola e Curso de Arqueologia, localizada na Rua Antônio Rayol, 133, Centro, São Luís/MA.

Fernando Carvalho Silva
Reitor

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ESPECIALMENTE CONVOCADA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

A Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Agronegócios do Maranhão — InAgro, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.372.775/0001-70, no uso das atribuições previstas no Estatuto Social, especialmente nos termos dos arts. 13 e 14, e considerando que a Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da associação, com competência para alterar o Estatuto Social, convoca os associados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia dezoito de junho de 2026, às 10:00, em primeira convocação, com a presença de 50% mais um dos associados, ou às 10:30, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, em sua sede, na Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Casa da Indústria Albano Franco, 3º andar, bairro Cohama, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

1) Alteração do Estatuto.

São Luís - MA, 04 de junho de 2026.

Melissa Rodrigues Ataíde Silva
Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMBERTO DE CAMPOS
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 - CPL/PMHC

A Prefeitura Municipal de Humberto de Campos - MA, por intermédio do Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 - CPL/PMHC, anteriormente designada para o dia 04 de junho de 2026, às 10h00min, fica ADIADA em razão da coincidência da data inicialmente prevista com feriado, visando assegurar a ampla participação dos interessados e a observância dos princípios da competitividade, isonomia e interesse público.

Humberto de Campos (MA), 03 de junho de 2026.

Israel Andrade Cantanhede
Agente de Contratação

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 248.25/05/2026
AVISO DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: Município de Riachão-MA.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos odontológicos destinados à estruturação e ao aparelhamento dos consultórios odontológicos das unidades de saúde do Município de Riachão-MA.
MODALIDADE: PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO
ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO: Do dia 08/06/2026 às 08h00min. ao dia 23/06/2026 às 08h59min. Horário de Brasília/DF.
ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA: Dia 23/06/2026 às 09h00min. Horário de Brasília/DF.
FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS
EDITAL: O Edital poderá ser obtido ou consultado na nos seguintes endereços eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no https://www.gov.br/compbras/, e no site eletrônico da Prefeitura Municipal de RIACHÃO/MA: https://www.riachao.ma.gov.br/licitacoes/. Mais informações poderão ser consultadas e obtidas através do e-mail da Comissão de Contratação: cplriachao.ma@gmail.com.

Riachão/MA, 03 de junho de 2026.

SOLANGE TEIXEIRA LIMA
Secretária Municipal de Saúde

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI-MA
NEXIGIBILIDADE Nº 13/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2026

A Prefeitura Municipal de Arari - MA através da secretaria Municipal de Administração e Gestão Financeira, acolhendo o parecer jurídico exarado no processo administrativo em tela, reconhece ser INEXIGÍVEL a licitação, portanto, ADJUDICA e HOMOLOGA com fundamento no Art. 74, III da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATAÇÃO da empresa abaixo relacionada, através de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria especializada, com atuação no âmbito administrativo e/ou judicial, com pagamentos ad exitum, visando a recuperação de créditos, com o projeto de recuperação dos pagamentos devidados da à União Federal dos valores relativos a retenção de imposto de Renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pelo município, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e dos créditos do INSS, visando atender as necessidades da prefeitura municipal de Arari.
PUBLICABR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. CNPJ: Nº 95.867.065/0001-45, com sede na Rua 3 de Abril, nº 62 - Centro - Araranguá - Santa Catarina - CEP 89.900-047, decorrendo neste Processo de Inexigibilidade de Licitação no valor de R\$ 2.356.551,29 (dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), que serão pagáveis de R\$ 0,20 (vinte centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de benefício econômico efetivamente auferido pelo Município em decorrência de decisões judiciais ou administrativas favoráveis, a partir do primeiro repasse recebido após a decisão judicial. O pagamento dos honorários estará condicionado à comprovação da efetiva entrada das receitas nos cofres do Município.

Arari - MA, 03 de junho de 2026.

Joedson de Jesus Costa Silva
Secretário Municipal de Administração e Gestão Financeira

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI-MA
OBJETO: Fornecimento de Gás de Cozinha GLP 13 Kg para atender a demanda do Fundo Municipal de Educação do município de Arari/MA. 02º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1591/2025; CONTRATO Nº 127/2026; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2025; PARTES: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CNPJ nº 30.939.625/0001-84 e a empresa E A REIS SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ: 41.991.724/0001-21, BASE LEGAL: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como na justificativa técnica e administrativa constante dos autos do respectivo processo administrativo. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02 de Junho de 2027. VALOR: O presente Termo Aditivo não implica acréscimo ou supressão de valores, permanecendo o valor global do contrato inalterado. FORO: Comarca de Arari/MA. DATA DA ASSINATURA: 02 de Junho de 2026. ASSINATURAS: Agnaldo de Jesus Ferreira Fernandes (CONTRATANTE) e Erick Augusto Reis Silva (DETENTOR DO CONTRATO). Arari/MA, 03 de Junho de 2026 - Agnaldo de Jesus Ferreira Fernandes / Secretário Municipal de Educação, 03.

PEDIDO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMAM

AJA ABITBOL & CIA LTDA - ME - CNPJ: 20.221.216/0001-94 torna público que recebemos a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMAM a Licença de Operação - RLO 21/2026, para atividade econômica principal: IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, localizada na Rua Vinte e Um (Resi. Pinheiros), Nº11, COHAMA, São Luís - MA, conforme o processo nº 26101.000592/2025.11032025 até a data 10/04/2028.

SÃO JOÃO

197 mil devem passar pelo aeroporto

Movimentação prevista para o período junino representa crescimento de 15% em relação ao ano passado e reforça alta no fluxo turístico da capital maranhense

O Aeroporto Internacional de São Luís deve registrar intensa movimentação de passageiros durante o mês de junho, impulsionada pelas festividades do São João do Maranhão.

Durante o período junino, a previsão é que aproximadamente 197 mil passageiros circulem pelo terminal de São Luís entre os dias 1º e 30 de junho, consolidando um dos períodos mais movimentados do ano para o aeroporto.

O volume previsto representa crescimento de aproximadamente 15% em comparação ao mesmo período de 2025, quando pouco mais de 171 mil passageiros passaram pelo terminal.

Na comparação com 2024, quando foram registrados cerca de 143 mil passageiros em junho, a alta estimada para este ano chega a 37%.

Os números também superam os resultados de 2023, ano em que o aeroporto contabilizou aproximadamente 148 mil passageiros no mesmo



VOLUME PREVISTO REPRESENTA CRESCIMENTO DE APROXIMADAMENTE 15%

período. Com isso, a projeção para 2026 aponta crescimento de cerca de 32% no fluxo de viajantes em relação ao período.

440 mil transitaram pelo aeroporto de São Luís



Segundo a Motiva Aeroportos, administradora do terminal, o desempenho acompanha a tendência de crescimento observada ao longo do ano. No primeiro trimestre de 2026, mais de 440 mil passageiros transitaram pelo Aeroporto de São Luís entre janeiro e março, resultado aproximadamente 23% superior ao registrado no mesmo período de 2025, quando o terminal recebeu cerca de 360 mil passageiros. “O São João do Maranhão é um dos períodos mais movimentados do estado ao longo do ano, e o crescimento no fluxo de visitantes no Aeroporto de São Luís reflete o potencial turístico e econômico dessa época. O terminal exerce o papel de porta de entrada para a cidade e reforçamos nossos processos operacionais, equipes e estrutura para receber esse fluxo com tranquilidade e fornecer a melhor experiência ao passageiro desde a chegada”, destaca Marcelo Angelim, gerente do Aeroporto.

O aumento da movimentação reforça o impacto do São João no turismo e na economia do estado, especialmente diante do crescimento na

procura por destinos ligados à vivência das tradições juninas locais e às paisagens naturais, como os Lençóis Maranhenses.

Sobre o Aeroporto de São Luís: Atende a capital maranhense com voos para os principais centros urbanos do país, sendo um elo essencial para o turismo e o desenvolvimento econômico do Maranhão. Está sob administração da Motiva desde março de 2022.

Sobre a Motiva: Maior empresa de infraestrutura de mobilidade do Brasil, a Motiva atua nas plataformas de Rodovias, Trilhos e Aeroportos. São 39 ativos, em 13 estados brasileiros e mais de 16 mil colaboradores. A Companhia é responsável pela gestão e manutenção de 4.475 quilômetros de rodovias, realizando cerca de 3,6 mil atendimentos diariamente.

Em sua plataforma de trilhos, por meio da gestão de metrô, trens e VLT, transporta anualmente 750 milhões de passageiros. Em aeroportos, com 17 unidades no Brasil e três no exterior, atende aproximadamente 48 milhões de clientes anualmente. Primei-

ra empresa do Brasil a integrar o Novo Mercado, a Companhia está listada há 14 anos no hall de sustentabilidade da B3.

O São João do Maranhão é um dos períodos mais movimentados do estado ao longo do ano, e o crescimento no fluxo de visitantes no Aeroporto de São Luís reflete o potencial turístico e econômico dessa época

IRPF

Maranhão tem 28.343 declarações do IR retidas em malha fiscal

A Receita Federal registrou 28.343 declarações do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) retidas em malha fiscal no Maranhão. A retenção ocorre quando são identificadas inconsistências ou divergências nas informações prestadas pelos contribuintes. Entre os principais motivos estão diferenças entre os rendimentos declarados e os informados por fontes pagadoras, despesas médicas sem comprovação, omissão de rendimentos e inconsistências cadastrais.

O contribuinte que não entregou a declaração do Imposto de Renda 2026 dentro do prazo deve providenciar o envio o quanto antes, utilizando os canais disponibilizados pela Receita Federal, como o Programa Gerador da Declaração (PGD), o portal e-CAC ou o aplicativo Meu Imposto de Renda. Mesmo fora do prazo, a entrega é obrigatória para quem se enquadra nas regras de obrigatoriedade, e quanto mais cedo for regularizada a situação, menores serão os impactos financeiros. É importante preencher corretamente todas as informações e, se utilizar a declaração pré-preenchida, revisar os dados antes da transmissão.

A não entrega da declaração ou o atraso na sua apresentação gera consequências como a aplicação de multa por atraso, que tem valor mínimo de R\$ 165,74 e pode aumentar conforme o tempo de demora e o imposto devido. Além disso, o contribuinte pode ter seu CPF classificado como “pendente de regularização”, o que pode impedir atividades como a abertura de empresas ou restrições por parte de instituições financeiras.



AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026. PROCESSO ADM. Nº 026/2026. A Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim/MA, CNPJ: 06.189.344.0001-77, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 26 de junho de 2026, às 09:00hs (nove horas). Licitação para REGISTRO DE PREÇOS na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, objetivando o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para pavimentação em TSD no Município de Pindaré Mirim/MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I - Projeto Básico, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site <https://www.licitapindaremirim.com.br/>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://www.licitapindaremirim.com.br/>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail cpilicitaopindaremirim@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Pindaré Mirim/MA, 03 de junho de 2026. ALEXANDRE COLARES BEZERRA JUNIOR - Prefeito Municipal.



AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026. PROCESSO ADM. Nº 027/2026. A Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim/MA, CNPJ: 06.189.344.0001-77, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 26 de junho de 2026, às 11:00hs (onze horas). Licitação para REGISTRO DE PREÇOS na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, objetivando o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para pavimentação asfáltica nos Bairros Aline Salgado e Vila Mariana, Sede do Município de Pindaré Mirim/MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I - Projeto Básico, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site <https://www.licitapindaremirim.com.br/>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://www.licitapindaremirim.com.br/>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail cpilicitaopindaremirim@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Pindaré Mirim/MA, 03 de junho de 2026. ALEXANDRE COLARES BEZERRA JUNIOR - Prefeito Municipal.



AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026. PROCESSO ADM. Nº 028/2026. A Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim/MA, CNPJ: 06.189.344.0001-77, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 26 de junho de 2026, às 14:00hs (quatorze horas). Licitação para REGISTRO DE PREÇOS na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, objetivando o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para pavimentação asfáltica no Bairro Alto do Bode, Sede do Município de Pindaré Mirim/MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I - Projeto Básico, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site <https://www.licitapindaremirim.com.br/>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://www.licitapindaremirim.com.br/>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail cpilicitaopindaremirim@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Pindaré Mirim/MA, 03 de junho de 2026. ALEXANDRE COLARES BEZERRA JUNIOR - Prefeito Municipal.



**MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026**
A Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar - MA, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 07/2026, Processo Administrativo nº 08005/2026, do tipo menor preço global, sob regime de execução empreitada por preço global, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de unidade escolar com 09 (nove) salas de aula, distribuídas em 02 (dois) pavimentos, incluindo quadra poliesportiva coberta, a ser implantada no bairro Sáfira, no Município de Paço do Lumiar/MA, conforme padrões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços necessários à completa execução da obra, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos. DATA DA SESSÃO: 25/06/2026. HORÁRIO: 10h00min. Sistema Eletrônico Utilizado: <https://licitapacodolumiar.com.br/>. O Edital poderá ser consultado na Central de Compras Públicas - CCP, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida 13, S/N, Conjunto Maibão, Paço do Lumiar, CEP: 65.130-000; ou pelo e-mail: cplicitacao2025@gmail.com, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, ou através do site do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): <https://www.pnacodolumiar.ma.gov.br>, ou do Sistema de Licitação: <https://licitapacodolumiar.com.br/>, ou através do Sinc-Contrata/TCE-MA ou ainda pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

Paço do Lumiar - MA, 03 de junho de 2026
FÁBIO HENRIQUE MONTEIRO FERREIRA
Secretário Municipal de Educação

SÃO JOÃO DO MARANHÃO

Três grandes arraiais estreiam neste fim de semana

Com o slogan "O São João do Maranhão te abraça", a programação vai contar com muita música, comidas típicas e diversão, folclore, cultura e tradição

Começa para valer em São Luís a programação oficial do São João do Maranhão 2026, com o início de grandes programações que reforçam a dimensão cultural, turística e econômica da maior festa popular do estado.

Promovidos pelo Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Secma), os festejos se espalham por diferentes regiões, reunindo tradição, diversidade cultural e milhares de brincantes e visitantes. Com o slogan "O São João do Maranhão te abraça", a programação vai contar com muita música, comidas típicas e diversão, folclore, cultura e tradição.

Entre os destaques da programação estão o início das atividades do Arraial do Ipem, que começam neste sábado (dia 6), assim como o Bumba Meu São João, dois grandes palcos da temporada junina maranhense. Os espaços receberão apresentações de grupos de bumba meu boi dos diversos sotaques, quadrilhas juninas,

danças portuguesas, cacuriás, tambor de crioula e atrações musicais locais e nacionais que celebram a riqueza da cultura do Brasil.

No sul do estado, a cidade de Imperatriz também se integra ao calendário junino com a realização do São João da Thay, evento que reúne cultura, música e ações sociais, contribuindo para a valorização das tradições maranhenses e para a projeção do estado em âmbito nacional.

Arraial do Ipem

No arraial do Ipem, haverá programação todos os dias até 5 de julho. O Arraial do Ipem é o maior do São João do Maranhão, tanto em termos de espaço, quanto de quantidade de atrações e diversidade de atrativos.

Em todo o local haverá espaços instagramáveis, área para acessibilidade, pontos de ativações de parceiros, parque infantil, dentre outros espaços para diversão e entretenimento do público, que vai se encantar com a decoração do lugar e espaços instagra-

máveis para deixar aquele registro especial.

Ao todo são: 28 barracas, 6 restaurantes, 18 espaços Mais Renda, 9 food trucks, Vila do Chopp com 10 estações, 6 food bikes, 12 food trucks, Vila do drink com 6 estações, 33 ambulantes, além de outras ativações com comidas e bebidas diversas, totalizando uma área de alimentação com mais de 90 opções de refeições, lanches e bebidas.



Programação

Além de promover o encontro entre tradição e contemporaneidade, os festejos juninos movimentam setores como turismo, hotelaria, transporte, gastronomia, comércio e serviços, contribuindo para a geração de emprego e renda. A expectativa é de que milhares de pessoas participem das programações ao longo das próximas semanas, consolidando o Maranhão como um dos principais destinos do período junino no Brasil.

Com uma agenda ampla e diversificada, o São João do Maranhão reafirma seu protagonismo no cenário cultural brasileiro, celebrando as tradições populares e fortalecendo os vínculos entre cultura, desenvolvimento e cidadania.

Programação

Arraial do Ipem – dia 6/06
Palco Principal
17h30 – TC Brilho da União
18h – DP A Arte e a Beleza de Portugal
19h – Cia Encantar
20h – Fabrícia e Banda
21h – BMB de Sonhos (orquestra)
22h – Os Tropix
23h – BMB de Santa Fé (baixada)
00h – BMB Nina Rodrigues (orquestra)
01h – BMB de Maracanã (matraca)
Barracão do Forró
18h – Forró Top Xote
19h50 – Forró Suvaco de Cobra
21h40 – Xoteando SLZ
23h30 – Renato Serra e Os Pesados
Bumba meu São João – dia 6/06

Arena Castelão – a partir das 19h

Bruno & Marrone e Projeto Dominginho com João Gomes, Jota.pê e Mestrinho

São João da Thay – dia 6/06

Imperatriz – MA
Ana Castela
Gustavo Miotto
Péricles
Forró Sacode
Bárbara D'Lux
Wellington Tigrão

SANEAMENTO QUE TRANSFORMA CUIDADO QUE PERMANECE.

✓ **ÁGUA 100% TRATADA**
+ Saúde e qualidade de vida

✓ **7 GRANDES CENTROS DE RESERVAÇÃO**
+ Segurança e eficiência no abastecimento

✓ **NOVOS INVESTIMENTOS PARA O SISTEMA DE ESGOTO**
Redes de coleta e estações de tratamento

BRK
0800 771 0001

Saiba mais em:
brkambiental.com.br/maranhao

